

Em defesa da memória da ciência

Manuel Domingos*

Agradeço o honroso convite para participar deste encontro de historiadores, para falar da memória da ciência no Brasil. Coordenei recentemente uma comissão do CNPq encarregada de formular uma Proposta de Política Nacional para a Memória da Ciência. Os especialistas em história oral têm certamente um papel relevante a desempenhar na construção da memória da ciência, da tecnologia e do pensamento social. O melhor que posso fazer aqui é resumir os principais aspectos do relatório da comissão. Os trabalhos envolveram pessoas das mais diversas regiões brasileiras e com distintas experiências profissionais. Houve muita discussão, e este relatório, de poucas páginas, talvez não revele à primeira vista todo o esforço empreendido.

Registro inicialmente um aspecto conceitual: a comissão evitou a consagrada expressão “preservação da memória”. Falo para historiadores que conhecem a impossibilidade de preservar a memória. Preservam-se acervos documentais, arquivos, instrumentos, que certamente ajudam a compor a memória. A memória reflete condições do presente, serve às expectativas quanto ao futuro, resulta de uma construção coletiva complexa e permanente; é, portanto, continuamente alterada segundo os contextos históricos.

A memória da ciência e da tecnologia integra o patrimônio histórico nacional, apesar de o IPHAN não levar isso em conta. Mesmo sendo distinta do que é hoje conceituado como *patrimônio cultural*, a memória da ciência

* Professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará e vice-presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

mantém com esse tipo de patrimônio uma vinculação forte e indissolúvel: atividades científicas e procedimentos técnicos fazem parte da cultura. A política de proteção ao patrimônio histórico e cultural não deveria menosprezar a memória da ciência e da tecnologia.

A idéia de *patrimônio científico e tecnológico* compreende o vasto conjunto de bens materiais e simbólicos produzidos ou utilizados ao longo do trajeto da produção e difusão do conhecimento. Acervos de documentos escritos originados de instituições científicas e de ensino, coleções organizadas por estudiosos, registros fonográficos e fotográficos, filmes, obras raras, máquinas e equipamentos, edifícios e instalações, bibliotecas, mapotecas, arquivos pessoais de pesquisadores e professores, parcela substancial da correspondência diplomática, documentos e instrumentos relativos a numerosas atividades militares e registros da produção científica de brasileiros no exterior integram o patrimônio científico e tecnológico brasileiro.

Por outro lado, a memória da ciência não deve ser confundida com a história da ciência, disciplina que ganha paulatinamente contornos próprios e que passa a garantir seu espaço institucional. Caberia destacar que o trabalho dos historiadores da ciência é necessariamente parte integrante da construção da memória da ciência.

Espero que o relatório sobre o qual discorro seja difundido e discutido pela comunidade científica e pelas instituições que formam o sistema brasileiro de ciência e tecnologia. Conto que se torne objeto de definições governamentais, mas sei que esta etapa, que demanda articulações interministeriais, não será facilmente vencida. Não há exatamente um consenso quanto à importância da memória da ciência no Brasil. A sensibilidade para essa matéria ainda é limitada a poucos círculos, e a própria comunidade científica não lhe dá muita relevância. Penso que, nesta fase, em que buscamos mobilizar a atenção do poder público, os historiadores podem dar boa contribuição, ajudando a reunir apoio para que o país tenha efetivamente uma política nacional de memória da ciência.

Uma primeira indicação presente no documento que tenho em mãos é a necessidade de o Estado brasileiro assumir responsabilidades quanto à memória da ciência. Uma política nacional nesse campo precisa ser uma decisão de Estado. De outra forma, persistirão as iniciativas fragmentárias, soltas, inconsistentes, impotentes para reverter o quadro difícil, preocupante, em que se encontra a memória da ciência brasileira.

Por que a defesa da memória da ciência precisa ser uma decisão de Estado? Amparar a produção do saber e garantir sua difusão é uma tarefa do Estado. A memória da ciência propicia visibilidade e reconhecimento ao percurso histórico da produção nacional do conhecimento científico e tecnológico. Cabe revelar a contribuição brasileira ao saber humano, e isso implica reconhecer a importância de nossa comunidade científica e tecnológica para o desenvolvimento da sociedade. O país que não cuida de sua produção de conhecimento tem uma postura desleixada quanto ao seu futuro; tem dificuldades de se reconhecer como nação promissora.

A contribuição brasileira ao saber humano, hoje, é mal dimensionada; o Brasil tende a aparecer como coadjuvante inexpressivo da produção mundial de conhecimento. Sem mostrar a contribuição de países como o Brasil, prevalecerá a falsa noção, bem disseminada, de que poucas nações são responsáveis pelo desenvolvimento da ciência, da tecnologia e do pensamento social. Tal idéia alimenta a condição de subalteridade da maioria dos países. Como se sabe, a produção de conhecimento no mundo tem sido medida precariamente, em termos quantitativos, em número de artigos publicados e patentes requeridas. Esse tipo de mensuração, baseado no produtivismo industrial, não valoriza a qualidade e tende a esconder contribuições relevantes que não são facilmente contabilizadas.

Nas experiências históricas de construção dos Estados nacionais, há procedimentos variados que alimentam a auto-estima das comunidades nacionais, e a demonstração da capacidade de produzir conhecimento é sem dúvida um dos mais importantes. Todos os países procuram difundir a noção de que são capazes de realizar proezas no campo científico. Neste sentido, temos o caso clássico de Santos Dumont. O debate em torno da invenção do vôo não é desprovido de cabimento: revela o interesse em mostrar talentos nacionais. Quem abrir o *Petit Robert*, um dicionário biográfico francês muito conhecido, encontrará três ou quatro linhas dizendo mais ou menos o seguinte: “Santos Dumont, destacado aeronauta brasileiro, que fez suas experiências em Paris”. Os verbetes que tratam dos aeronautas franceses são bem mais generosos, têm ilustrações e fotografias. Aliás, os franceses são mestres em difundir seus talentos. As iniciativas que visam dar visibilidade à capacidade intelectual da sociedade francesa sempre foram claramente assumidas pelo Estado francês. Em Paris, os grandes nomes da ciência disputam com os grandes comandantes

militares os espaços reservados às glórias nacionais. Isso ocorre mais ou menos em todas as nações que pretendem firmar suas identidades e se destacar no contexto internacional. O Estado brasileiro não pode deixar de valorizar a capacidade nacional no campo do saber.

Uma política nacional de memória da ciência e da tecnologia deve também ser assumida pelo Estado nacional porque a memória é fundamental para o planejamento do desenvolvimento científico e tecnológico. Não pode haver planejamento bem fundamentado sem a avaliação de experiências vividas: cabe reconhecer os contextos históricos, os problemas institucionais, os obstáculos, as possibilidades perdidas, os dilemas éticos vividos pelos produtores de conhecimento. A autoridade governamental que ignora o percurso da produção do saber certamente tende a planejar mal o desenvolvimento científico.

A comissão elaborou um diagnóstico das condições atuais dos acervos históricos de interesse científico e fez um levantamento das iniciativas em curso em prol de sua preservação. O quadro é dos mais preocupantes. Malgrado as recentes demonstrações de valorização do patrimônio histórico brasileiro e algumas iniciativas meritórias no campo da memória da ciência e da tecnologia, predomina o descaso e a irresponsabilidade. Poucas instituições cuidam seriamente de seus acervos. A maioria, quando muito, desenvolve ações de alcance limitado. O apelo à memória não ultrapassa o limite das comemorações festivas de datas escolhidas como relevantes ou manifestações laudatórias de certas personalidades.

Os acervos da história da ciência e da tecnologia estão subordinados à jurisdição de arquivos vigente no país, mas as instituições desconhecem os constrangimentos legais, e a autoridade pública não detém objetivamente capacidade de fiscalização. Ninguém foi, até hoje, penalizado pelo descuido relativo ao patrimônio científico e tecnológico brasileiro. Universidades, institutos de ciência e sociedades científicas, menosprezando seus papéis históricos, não preservam documentos inestimáveis para o reconhecimento do trabalho de seus professores, pesquisadores, administradores e alunos. Sequer os historiadores se preocupam com a memória de suas atividades. Entidades, grupos e figuras de papel relevante na construção e na disseminação do saber desaparecem muitas vezes sem deixar vestígio. A concepção de arquivo prevalecente na administração pública brasileira é absolutamente ultrapassada: predomina a noção de depósito de documentos sem importância. Raros são os casos em que os arquivos

são concebidos como gestores de um sistema de informação aberto à consulta pública.

A forma como foi tratada a memória do próprio CNPq, que nos últimos cinquenta anos se confunde com a memória da ciência da brasileira, ilustra o descaso. Encontrei o acervo do CNPq disperso, em grande parte mal conservado e sem catalogação, e inacessível aos pesquisadores. A biblioteca do CNPq, que contém inclusive relatórios técnicos, havia sido removida de suas instalações e guardada em local precário. O arquivo pessoal de seu fundador, almirante Álvaro Alberto, está sob a responsabilidade da Universidade de São Paulo. A criação do Centro de Memória do CNPq, ainda em fase de conclusão, vem em boa hora resolver um problema constrangedor para essa agência e para a comunidade científica brasileira.

Entre os exemplos notáveis de descuido, está o acervo da Faculdade de Medicina da Bahia: coleções preciosas, sem condições de manuseio, foram lacradas e estão indisponíveis para consulta. Já as coleções do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), que ao longo de quase um século acolheu inúmeros pesquisadores importantes, de diversos campos do conhecimento, que exploraram a zona semi-árida nordestina, estão desorganizadas e comprometidas. A biblioteca da antiga Escola Politécnica, hoje Escola de Engenharia da UFRJ está fechada e com obras desaparecendo. O acervo do Colégio Pedro II sofre grave risco de perda. A maioria dos órgãos de estudos socioeconômicos e de planejamento dos governos estaduais e municipais não cuida de sua documentação. Sem dúvida, na construção da memória dessas instituições, os especialistas em história oral podem desempenhar um papel fundamental.

O panorama apresentado pelo trabalho dos historiadores da ciência, por sua vez, é alentador. As iniciativas bem-sucedidas de preservação estão nos centros que obtiveram maior apoio institucional e que abrigam contingentes expressivos de pesquisadores experientes da história da ciência. Dispondo de profissionais especializados na identificação, preservação, restauro e organização de acervos, bem como de equipamentos, tais entidades, a despeito de suas limitações, se habilitam como referenciais. É o caso do Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST), da Casa de Oswaldo Cruz e da Casa de Rui Barbosa.

Exemplo de iniciativa meritória de cuidado com a memória da ciência é a coleta de depoimentos realizada pelo CPDOC, com financiamento

da FINEP. Lamentavelmente, essa iniciativa não teve continuidade. Outros exemplos que merecem destaque são a organização e a conservação do acervo particular do Almirante Álvaro Alberto, empreendidas na USP por Shozo Motoyama, e as bases de dados sobre produção bibliográfica, desenvolvidas na UNICAMP por Roberto de Andrade Martins.

O que gostei de constatar, no decorrer do trabalho da Comissão de Memória da Ciência, foi o avanço da história da ciência no Brasil. Há pesquisadores do melhor nível, com boa produção. Eu, que trabalho num programa de pós-graduação em sociologia, confesso sentir um certo cansaço com os encontros de minha área, por conta da falta de novidades. Mas, tive uma grande satisfação no IX Encontro Nacional da Sociedade Brasileira de História da Ciência, no Rio de Janeiro: fiquei entusiasmado com a qualidade das intervenções e conheci pesquisadores que se revelam capazes de oferecer novos elementos para pensar o Brasil.

A história da ciência no Brasil vem se firmando e ganhando contornos como área do saber delimitada em suas especificidades. O surgimento de programas de pós-graduação em São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia e Rio Grande do Sul enseja sua crescente institucionalização. Mas, frente às dimensões da comunidade científica brasileira, ainda é pouco expressiva a formação de profissionais dedicados à história da ciência. Isso é uma decorrência de motivos variados. Cabe sublinhar as dificuldades de ordem material: é muito pequeno o número de bolsas de estudo e faltam recursos financeiros para a constituição de bibliotecas especializadas. As propostas de criação de novos cursos enfrentam graves incompreensões. Faltam professores especializados, e isso contribui inclusive para que, nos cursos de graduação, a disciplina seja oferecida esporadicamente.

As idiossincrasias corporativas prejudicam muito o desenvolvimento da história da ciência, uma área de estudo de natureza eminentemente interdisciplinar. A noção de interdisciplinaridade penetra com dificuldade em certos meios acadêmicos e é rejeitada pela dinâmica funcional do ensino superior. Um profissional com doutorado em história da ciência não encontra facilidade para ser absorvido nos centros universitários: dificilmente é reconhecido por sua formação de origem e não é acatado sem constrangimentos pelos historiadores. Vale ressaltar que essa não é uma característica brasileira; pode ser mais ou menos constatada em todos os países que firmaram alguma tradição no campo da história da ciência.

Além disso, a história da ciência é uma disciplina que tem insistido em preservar marcas de origem: privilegiando a história da física, da matemática e da medicina, não consegue induzir uma percepção ampliada do desenvolvimento da produção de conhecimento. Reproduzindo um viés firmado na Europa e nos Estados Unidos, a história das ciências humanas é timidamente contemplada pelos historiadores da ciência brasileiros. Considero que uma política nacional de memória da ciência deve beneficiar muito esse campo do saber. Não podemos esquecer que, hoje, a maioria das universidades, inclusive das universidades públicas, sequer dispõe de historiadores da ciência.

Foi polêmica na comissão a questão acerca da entidade que pode gerenciar uma política nacional de memória da ciência, que envolve ações nas esferas federal, estadual e municipal, e também a sociedade civil. Foi sugerido no relatório que não seja criado um novo órgão para propor, gerir, coordenar as ações pertinentes à política de memória da ciência, mas que seja criada uma comissão nacional permanente, com abrigo no Ministério da Ciência e da Tecnologia.

O Relatório da Comissão assinala diversas recomendações: a elaboração de um diagnóstico detalhado sobre a situação dos acervos, o incentivo à multiplicação dos historiadores da ciência, a criação de cursos especializados, a oferta de editais que beneficiem os acervos ameaçados, a criação de centros de memória nas instituições científicas, e muitas outras. A simples listagem das instituições que devem se envolver na política nacional de memória da ciência dá uma idéia da extensão dos trabalhos importantes para a construção dessa memória: universidades e institutos de pesquisa, sociedades científicas e sociedades literárias, arquivos públicos e particulares, órgãos de planejamento e desenvolvimento socioeconômico, institutos históricos e geográficos, unidades militares, museus, memoriais e centros de documentação e informação, instituições de fomento, instituições, sociedades e clubes profissionais, instituições variadas de ensino, a exemplo do Liceu de Artes e Ofícios e escolas técnicas. Essa lista revela a amplitude com a qual a comissão imaginou a política de memória da ciência.

Gostaria de concluir salientando que este é um tempo em que as esperanças quanto ao futuro do Brasil estão acesas e que atitudes positivas na construção da memória do saber científico e tecnológico do país certamente terão valia para a auto-estima nacional. Os brasileiros precisam

confiar em sua capacidade intelectual e, neste sentido, uma olhada no passado oferecerá, com certeza, motivo de orgulho. Servirá também para nos avisar melhor sobre as nossas potencialidades. Obrigado pela atenção.

Resumo: O longo e persistente esforço brasileiro de produção e disseminação do saber científico e tecnológico, bem como do pensamento social, é pouco conhecido interna e externamente. Em consequência, os brasileiros tendem a atribuir pouca relevância à sua própria capacidade de produzir conhecimento, e os estrangeiros dimensionam inadequadamente a contribuição nacional ao desenvolvimento da humanidade. Essa situação, malfazeja para a auto-estima nacional, prejudica a percepção dos problemas e das potencialidades do país, anuviando a visão sobre as perspectivas do desenvolvimento brasileiro. O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Fundação Biblioteca Nacional, visando a contribuir para a construção da memória científica brasileira, promovem a coleção “Memória do Saber”.

Palavras-chave: produção de conhecimento; memória científica; Brasil.

Safeguarding the Memory of Science

Abstract: The long and persistent Brazilian effort to produce and diffuse scientific and technological knowledge, as well as the social thought, is little known within and outside the country. As a result, Brazilians are inclined to attribute little significance to their own ability to produce knowledge, and foreigners are giving an inadequate dimension to the national contribution concerning the development of mankind. This situation, which is harmful to the national self-esteem, impairs the awareness of problems and potentialities of the country, clouding the vision of the prospects of the Brazilian development. The National Council of Scientific and Technological Development (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq), and the National Library Foundation promote the “Memory of Knowledge” collection as a contribution to the build-up of the Brazilian scientific memory.

Keywords: knowledge production; scientific memory; Brazil.